

EM BUSCA DE TRABALHO? A atuação de trabalhadores produzindo espaços de confrontação

Sheille Soares de Freitas¹

GT 04 Trabalho e trabalhadores em tempos de globalização: memórias, histórias, vivências.

RESUMO

Esse texto propõe apresentar reflexões sobre os possíveis sentidos expressos na disposição de trabalhadores ao se colocarem a procura de trabalho. As narrativas analisadas foram percebidas como produto de relações e interesses que motivam práticas e certas inserções no mercado de trabalho. Para tal propósito, utilizei como fontes mensagens disponibilizadas em anúncios online de busca de trabalho, fichas de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social de Marechal Cândido Rondon-PR e documentação judicial. O interesse em analisar a atuação de trabalhadores nos últimos anos procurou perceber espaços de confrontação utilizados por esses sujeitos para produzirem e valorarem onde e como trabalhar a partir do modo como vivem e almejam viver.

A conduta de trabalhadores – que lidam com a pressão de terem que se empregar – é produzida perante as ambiguidades presentes na conformação de necessidades/expectativas, como também diante de suas relações de trabalho. Esse caminho não produz um resultado tranquilo de inserção nas “vagas abertas”, ou mesmo na ampla promoção da “profissionalização do trabalhador”. A dinâmica desse processo concatena perversidades, expressas nas forças que engrenam o mercado de trabalho, o qual se estabelece na fixação de determinados limites, ao mesmo tempo em que reafirma os termos da exploração frente a atuações de trabalhadores que tencionam os projetos capitalistas de controle do processo de produção e do próprio trabalhador.

Ter como desafio analisar tais espaços de atuação dos trabalhadores se justifica por acreditar que eles apontam confrontações e, em grande medida, informam e motivam certas relações. Esse encaminhamento me leva a supor que ao expressarem interesses e prospecções, associando “o como e onde trabalhar” aos seus modos de viver, traduzem muito mais do que uma possível materialidade do aprisionamento de suas ações e/ou “captura” de subjetividades, como, por vezes, os debates atuais da reestruturação produtiva procuram mapear (ALVES, 2010).

A rigor, os anúncios de procura de trabalho, que são o ponto de partida da reflexão desse texto, não permitem acessar elementos mais contundentes sobre a experiência desses trabalhadores. Entretanto, a pesquisa realizada permitiu observar as divisões e identificações entre esses sujeitos ao construírem narrativas que avaliam suas condições e traçam perspectivas sobre usos do mercado em questão.

A reflexão sobre esses materiais apontam indícios sobre os modos como esses trabalhadores interpretam esse mercado, assim como promovem possibilidades de se favorecerem nesse campo de forças desiguais, utilizando-se de elementos de sua trajetória para indicar certa disposição ao trabalho, sem, contudo, manter uma associação direta entre essa disposição e um pretense compromisso com esses postos de trabalho, ou mesmo com as variadas atividades de produção.

A pesquisa realizada em mensagens presentes nas redes de anúncio online entre 2009 e 2012, permitiu perceber que muitos trabalhadores tentam definir sua inserção enfrentando os limites presentes no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que identificam suas próprias condições. Esse foi um terreno comum de formulação utilizado por sujeitos como Renato que, ao construir sua avaliação sobre a busca pelo primeiro emprego, indicou suas intenções e motivações ao se colocar em uma relação desigual em Marechal Cândido Rondon:

Precisa de emprego em Marechal Cândido Rondon-PR

Olá, tenho 17 anos de idade, fasso o ensino médio, e estou em busca de um trabalho, não tem necessidade de pagar bem, por que será meu primeiro emprego. Pode ser de cobrador, etc. Desde

¹ Professora Adjunta do Curso de História/UNIOESTE. Doutora em História, email: sfsheille@gmail.com

já agradeço a oportunidade de estar podendo achar um trabalho para mim ajudar minha mãe.
(Renato, 28/04/2011)

Renato, ao destacar o interesse pelo “primeiro emprego”, supõe ter elementos que favorecem sua contratação; dentre eles o baixo custo de remuneração e a possibilidade de entrar na cota de trabalho para “jovem aprendiz”.² Uma inserção que não lhe favorece em ganhos, mas pode ser algo que lhe garanta responder certas urgências, indicadas como uma de suas qualificações morais, qual seja, a necessidade de ajudar a mãe. O “etc.”, que abrevia suas desvantagens nessa indefinição de postos de trabalho, sugere também que preferiu não expor – além da condição de cobrador – os possíveis cargos e rotinas que venha a assumir, ao mesmo tempo em que buscou alargar seu campo de possíveis ocupações.

O anúncio em questão sugere como Renato enfrenta seus limites de classe. Reconhecendo as dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho, sua narrativa evidencia a compreensão de que, em abril de 2011, dificilmente conseguiria um emprego que lhe rendesse um bom salário, ou uma escolha (sem pressões) sobre qual atividade exercer. Talvez, por isso, entenda que trabalhar por temporadas no comércio, não usufruindo dos vínculos da regulamentação profissional, não lhe pareça, naquele momento, uma concessão demasiadamente permissiva.

Se por um lado, a aceitação de qualquer pagamento pode sugerir certo determinismo patronal sobre a exploração de seu trabalho, sua atuação nesse anúncio indica que reconhece a condição de “boy” (cobrador) como um serviço necessário no mercado da cidade, podendo garantir-lhe algumas opções para decidir pela mais vantajosa. Isto quer dizer que possivelmente consiga apontar qual visibilidade social esteja disposto a enfrentar, seja pelo salário, lugar em que trabalha ou atividade a ser realizada.

No entanto, parece-me que essa posição deve ser percebida a partir dos termos que ele mesmo define, ou seja, deve ser observada como a afirmação de uma postura momentânea, “não tem necessidade de pagar bem, por que será meu primeiro emprego”. Isso exige ter em mente que a oferta pode ser por tempo limitado, não indicando nenhum consenso ideológico que legitime, simbolicamente, essa relação. Pelo contrário, o que faz dessa relação uma possibilidade histórica é o próprio chão de desigualdades que a fez emergir, o qual é valorado na identificação de classe e na solidariedade familiar, “achar um trabalho para mim ajudar minha mãe”.

Algumas iniciativas de empresários procuram, com apoio da Administração Municipal, viabilizar inscrições nas próprias escolas para direcionar cursos profissionalizantes que encaminhem trabalhadores para as empresas da cidade. Certamente que a atuação, para além da retórica do esforço empresarial na criação de empregos, refere-se aos esforços da redução dos custos no processo de produção/serviço. Muitos desses jovens estarão vinculados pela regulamentação da contratação de aprendizes, respondendo hoje entre 5% e 15% de ocupação em “função de aprendizagem”, números regulados compulsoriamente pelo próprio Estado³.

Há, ainda, os encaminhamentos do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) e CEMEP (Centro Municipal de Ensino Profissionalizante) – em parceria com SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Além do próprio encaminhamento de trabalhadores pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para realização de cursos ou direcionamento para o RH das empresas “parceiras”.

Mas nem todo o universo de enfrentamento das relações de trabalho desses jovens irá ocorrer a partir da profissionalização proposta pelo empresariado rondonense e pelas ações estatais, voltadas para o incentivo à formação em setores como costura, corte de carnes, panificação, refrigeração, solda, mecânica, serviços domésticos, cuidador

² A legislação que pauta sobre o “jovem aprendiz” permite que adolescentes a partir de 14 anos de idade possam trabalhar na condição de aprendizes, indicando que devem possuir horários e condições diferenciadas dos demais trabalhadores. Cf. BRASIL. Decreto nº. 5598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Entretanto, a rotina desses trabalhadores sugere uma condição bem mais distante da enunciada, principalmente aproveitando da indicação no capítulo V, Seção II, Artigo 18º do decreto que possibilita a estudantes com ensino fundamental completo possuírem carga horária de 8 horas. Além disso, outras inserções nesse mercado colocam acertos mais desiguais, como a troca de trabalho por alimentação, possível de ser observada na contratação de universitários como garçons em restaurantes de Marechal Cândido Rondon.

³ BRASIL. Decreto nº. 5598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Capítulo IV, Seção I, Artigo 9º.

infantil etc. Nas reportagens produzidas pelo Jomal Aquiagora essa atuação aparece associada aos projetos municipais e, muitas vezes, atrelado ao desenvolvimento e maior empregabilidade na cidade. Ao anunciar o início de inscrições (Cursos Profissionalizantes, 2012; Curso, 2010) ou mesmo a finalização dos cursos (Capacitação, 2012; Formação, 2011) as matérias produzidas enfatizam o empenho municipal em formar trabalhadores para o “mercado de trabalho da cidade”, grande parte do investimento nessa área ocorre com o financiamento estatal, isentando as empresas desse custo para a qualificação de trabalhadores.

Trabalhar no verão em sorveterias, no contraturno da aula, ou mesmo em serviços de entrega e cobrança de lojas e escritórios no início do mês, serviços de babá, atendente e auxiliar em lanchonetes e restaurantes são possibilidades que vão permeando a lista de trabalhos sem “necessidade de pagar bem”, onde alguns anunciam estarem dispostos a ocupar, mesmo que em períodos incertos de duração. Mensch (2010) ao discutir o trabalho de crianças em Marechal Cândido Rondon, deparou-se com o modo de vida de famílias de trabalhadores onde a condição de picoleteiro para filhos e netos permitiu observar que a integração nesse mercado era inconstante e contraditória e, por vezes, autorizada pelo Estado que se isentava do empobrecimento dessas famílias.

Atuações fora do eixo empresarial também tentam dirigir o encaminhamento dessas crianças que estão trabalhando ou a procura dele, indicando, muitas vezes, fornecer a “formação necessária” aos filhos dos trabalhadores. A atuação do Centro de Integração Comunitária 12 de outubro, enquanto uma intervenção disciplinar classista, formadora da Guarda Mirim, nas décadas de 1960 e 1970 faz parte desse universo de atuação da classe dominante (SMANIOTTO, 2008), mas se faz necessário observar as diferentes formulações desde então articuladas para controlar a presença e práticas de trabalhadores (crianças, jovens e adultos), tanto no mercado de trabalho, quanto atuando em sociedade. Efetivamente essas intervenções merece ressalvas, pois a concretização desse controle foi/é alvo de contestações e recusas. Mas, nem por isso, deixou de caracterizar um processo desigual e violento.

Mayara, está tentando potencializar o conjunto de tentativas que dispõe, esforçando-se para abrir possibilidades. Ao tentar deixar para trás o período de estágio, apresenta, em sua narrativa, o indicativo de sua “qualificação” para alterar suas relações de trabalho, sem, no entanto, descartar caminhos já construídos, mas sugerindo outros em andamento.

Procurando emprego

Tenho experiência em atendimento, trabalhei [...] como estagiária por um ano. Tenho cursos de informática básica e avançada, Inglês(sic) básico, e Espanhol básico e avançado. Completo 17 anos em janeiro de 2012. Aceito qualquer vaga, exceto para período (sic) noturno. (Mayara, 23/10/2011)

A menção aos cursos de línguas no currículo, além da formação em informática, garante a Mayara, com os mesmos 17 anos de Renato, uma narrativa e inserção diferenciada no mercado. Mais que isso, coloca como desafio de análise a percepção das divisões entre os trabalhadores e como elas traduzem desigualdades de atuação e de condições, mesmo entre aqueles que compartilham certo campo de relações.

O empenho de Renato parece indicar que mesmo estando “em busca de um trabalho” isso não lhe impede de saber em que relações de poder está tentando se inserir. Se a urgência nesse momento pressiona a decisões do que fazer, ao se estabelecer em novas relações, a premissa dessa busca por trabalho não se estaciona no sonho de ser cobrador, ou se conformar com “qualquer trabalho” e/ou “qualquer ganho”.

Alimentar novos horizontes, mesmo que tenha que ajudar a mãe, é território comum de atuação de trabalhadores. Assim, faz-se necessário reconhecer que mesmo sendo difícil construir essa alteração, a expectativa é, em algum momento, reverter essa condição. O que Mayara também se propõe a dinamizar.

A indicação de “exceto para período noturno” pode sugerir que Mayara estude nesse período e considere essa uma atividade que não quer abrir mão por enquanto, mesmo que o espaço do anúncio de trabalho não se caracterize por objeções, mas sim por deixar claro certa “disposição” ao trabalho. Para essa reflexão é importante ter em mente que esses anúncios irão dispor da capacidade dos trabalhadores falarem de si mesmos e promoverem sua empregabilidade.

Daí não apresentarem gratuitamente uma oposição ao trabalho, mas um encaminhamento de reverter-lo à causa de quem o procura. O que é possível observar nas construções apresentadas por Sérgio, Fábio e Ricardo:

“empregos em marechal candido Rondon. Olá, estou a procura de trabalho temporário como motorista de fevereiro até junho, tenho CNH AE curso do MOPE e TRANSPORTE COLETIVO.” (Sérgio, 14/01/2010), “quero voltar ha trabalhar com colheitadeiras ou tratores agora na época do plantio do soja. como operador de maquinas agricolas como trator ou colheitadeiras” (Fábio, 04/08/2011), “Busco trabalho. Busco trabalho para o inicio de janeiro, trabalho como carçon [garçon], ajudante de cozinheiro e ate entregador...” (Ricardo, 26/10/2011).

Sérgio, ao enunciar o que está à procura, indica um recorte de tempo que possivelmente corresponda a um período de desemprego ou de preparação para outra vaga almejada. Isto sugere a tentativa do trabalhador em ganhar um dinheiro extra, programando-se de acordo com sua agenda de intenções e possibilidades, pois caso passe esse momento e não consiga um trabalho que considere mais satisfatório, terá garantido alguma remuneração possível em período de desemprego.

Ele indica possuir todas as condições para ser motorista, desde motorista de carga perigosa, à autorização para transporte de passageiros, em linhas de ônibus ou lotações. É possível inferir que ao exercer tais atividades, indicadas sem compromisso, Sérgio talvez consiga permanecer nessa prática, na empresa ou setor ao qual venha se vincular. O que de todo modo não é descartado, já que ele tem investido em garantir sua condição de motorista como campo de trabalho, mesmo que enuncie ter outros planos a partir de então.

Para Fábio a necessidade de operadores no campo em períodos de colheita e plantio, juntamente com o ganho significativo atribuído nessas temporadas de trabalho no campo, faz com que dialogue com a economia e dinâmica da cidade, procurando analisá-la de modo a lhe favorecer, percorrendo um universo que não separa suas possibilidades seja no campo ou na cidade. Ao dizer em agosto de 2011 “quero voltar [...] agora na época do plantio de soja”, ele indica que já realizou essa atividade, antes de procurar outras possibilidades, e, no momento, aproveita que está próximo o plantio de soja para destacar sua disposição em se inserir nessa atividade, procurando com isso uma renda significativa e rápida, mesmo que em um trabalho extenuante.

Sua indicação não aponta uma fixação no trabalho e no viver rural, ao contrário, indica sua movimentação, seja no campo ou na cidade, avaliando postos de trabalho que possam vir a corresponder, ainda que temporariamente, às urgências e alternativas que elaboram. Para esses trabalhadores, é imprescindível indicar que têm posicionamento sobre quais trabalhos querem exercer, mas isso não impede que se coloquem à disposição de outros, temporariamente, ou com insatisfação.

Ricardo, em sua procura por trabalho, dois meses antes do período desejado, aponta como se propõe a reconhecer que precisa do trabalho, mesmo que indique campos de atuação. Ao terminar sua narrativa diz aceitar “até entregador”, demonstrando saber quais são os limites para suas escolhas e o quanto a lógica capitalista procura se utilizar das condições dos trabalhadores para restringir certos acessos a postos de trabalho e alteração da realidade que vivenciam.

Esses anúncios por procura de trabalho sugerem um olhar para as relações de classe que firmam, ao mesmo tempo em que apontam, a promoção de certos projetos, colocando em movimento o que a priori poderia indicar “falta de alternativas” e/ou imobilismo de trabalhadores perante a lógica capitalista. As narrativas, fragmentadas e limitadas a um conjunto de informações, são organizadas pelo que apresentam ora como valor, ora como qualificação e expectativa de vida. O momento do anúncio sugere que alternativas podem ser utilizadas, potencializadas e compartilhadas entre trabalhadores, ainda que na concorrência e, principalmente, quando se reconhece que a atuação em sociedade é desigual e é preciso forjar novos caminhos.

A tentativa desses trabalhadores de programarem suas ações ao verem fragilidades nas relações de trabalho que mantêm, motiva-os a propor algumas funções que consideram possíveis encontrar nos momentos de fim de contratos, indicando que também planejam alternativas em épocas em que as pressões vão se constituindo. Essas formulações já não são construídas com o mesmo apelo de Renato, que se dispõe a qualquer trabalho para ser o seu primeiro emprego.

Por mais que busquem trabalhos, há uma tentativa de indicar que serão temporários, vinculados a determinadas atuações profissionais e certas visões sobre o mercado. Josué, ao formular sua participação, enumera um conjunto de práticas, traduzidas como “bicos” que construiu para lidar com esse mercado. Ao elaborar o anúncio de 2011 Josué traduz parte das atuações que certos trabalhadores vislumbram nas relações sociais, indicando que estar disposto a serviços gerais e bicos, compreende o vasto campo de empregabilidade que os trabalhadores constroem para si, ainda que em determinados momentos procurem focar e evidenciar uma determinada vaga que almeja.

SERVIÇOS EM GERAL FAÇO BICO TAMBEM
SEI TRABALHAR COM ESPERIENCIA EM MOVEIS PLANEJADO E COMERCIAL,
SOU PINTOR DE ALVENARIA JARDINEIRO LIMPO PSCINA CHURRASQUEIRO
FAÇO BICOS COMO MONTAR E DESMONTAR MOVEIS DOMICILIAR
TRATORISTA MOTORISTA HABILITAÇÃO (AC) SEI TRABALHAR DE PEDREIRO
MAIS NAO GOSTO, ENCANADOR E ELETRECISTA RESIDENCIAL ENTENDO
UM POUCO DE MARCENARIA SOU COMO BOMBRIIL TRABALHO AGORA
COMO VENDEDOR DE MOVEIS MAIS NAO É MINHA AREA EU GOSTO DE
TRABALHAR DE VERDADE JÁ FUI CASEIRO 12 ANOS TENHO MUTTA
ESPERIENCIA TENHO 41 ANOS TENHO UMA ESPOSA Q TAMBEM É FLORISTA
E COZINHEIRA ESTÁ EMPREGADA MAIS ESTÁ PROCURANDO UM EMPREGO
NO RAMO DELA . ENTEREÇADOS POR FAVOR ENTRE EM CONTATO COMIGO
DESDE JÁ MEU MUITO OBRIGADO (Josué, 06/05/2011)

Entre o que gosta; não gosta; faz, mas não é da área e o que entende um pouco, Josué enumera possibilidades de trabalho para si e para sua esposa, destacando que o interesse maior era se tomar caseiro, daí um empenho em indicar a disponibilidade de ambos para tal atividade. Sua trajetória de trabalho aponta para um universo de atuação formulado ao avaliar os postos de trabalho que se colocavam e como esses eram reconhecidos como mais vantajosos, ou ainda como necessários socialmente, portando vagas e um campo a ser explorado, mesmo se de antemão não tivesse nenhuma condição de exercer, foi se fazer “profissional”.

Sua narrativa indica atividades que perpassam profissões comuns a certos trabalhadores – montador de móveis, pintor, jardineiro, pedreiro, motorista, tratorista, encanador, eletricista, vendedor etc. – principalmente àqueles que se veem impelidos a trabalhar e se reconhecer em dado momento como capacitados, promovendo a si mesmos na habilidade profissional diante da necessidade do trabalho.

Josué, ao construir seu anúncio não traz muitos elementos para interpretar as motivações e como foi esse percurso. Entretanto, é possível inferir que sua disposição a ser “como bombriil”, remetendo-se à propaganda das mil e uma utilidades, coloca como desafio para essa reflexão a tentativa de romper com o enquadramento fácil de trabalhadores débeis que não sabem lidar com suas vidas sem o dirigismo dos grupos dominantes.

Sua narrativa aponta que suas indicações em letras maiúsculas em todo o texto não querem só ganhar maior visibilidade dentre os anúncios, mas indicar a presença desses sujeitos na formulação desse mercado. Experiências que ultrapassam enumerações laborais e dialogam intimamente com valores para a composição de interesses e atuações, colocando em movimento sujeitos que se dispuseram, ora ou outra, a enfrentar o que fosse necessário em suas lutas diárias.

Ao propor dirigir esse processo com os trabalhos temporários e os “bicos”, trabalhadores como Josué procuram criar o seu próprio campo de profissionalização à revelia dos cursos institucionalizados ele se apresentam no mercado avaliando as pautas de trabalho que emergem socialmente e são necessárias. Apontando a força que possuem nas relações cotidianas ao sustentarem grande parte da rotina e manutenção de trabalhos essenciais, mas classistamente valorados e confrontados (THOMPSON, 2009).

Trabalhadores como Josué não são a maioria nos anúncios de procura de trabalho. As fotos que acompanham endereços e telefones permitem avaliar que a maioria que dispõem da divulgação online são jovens e disputam vagas com os demais trabalhadores, como Josué. Em grande medida concorrendo por trabalhos, em sua maioria sem escolaridade definida, que exigem força, expõe a riscos de envenenamento e acidentes, com horários intensivos e que se combina com uma atuação nem sempre com remuneração satisfatória a tanto empenho e tantas profissionalizações empreendidas. As narrativas expressam esse cenário para o planejamento do trabalho, seja para ser motorista, seja para ser operador de máquinas agrícolas, diarista, garçom, jardineiro, cozinheira, babá. Este é o reconhecimento do território comum de classe em que atuam.

O grande número de trabalhos que realizaram/realizam em um curto espaços de tempo sugerem como lidam com a dinâmica de alterações na sua condição de classe. Um reconhecimento de que o trabalhar é necessário, mas permanecer em certos trabalhos não se apresenta como uma evidência naturalizada, para ser seguida seja como

for. Uma leitura inversa àquela que caracteriza o trabalhador como imobilizado ou mesmo dirigido pela “territorialização do capital”.

Ao se colocarem à procura de trabalho muitos meandros das relações e interpretações que os trabalhadores fazem do que estão vivendo e que motivam tal ação se mesclam às enunciações de predileção de vagas. Essa prática pode indicar à primeira vista, necessidades traduzidas em conformação diante da “reestruturação” das últimas décadas; o que desmobilizaria práticas na contramão da exploração capitalista e impedindo a percepção de tais experiências como enfrentamentos de classes.

Traduzir essa análise em idades, ocupações, ganhos e tempo de empregabilidade pode garantir o reconhecimento de um panorama ocupacional síntese da “flexibilização” do mercado e da “territorialização da qualificação profissional”, muitas vezes, deixando para segunda ordem a problematização do processo em disputa pelo controle desse trabalhador, que pretende determinar a pauta de profissionalização e compromissos trabalhistas, como também a própria inflexão dos trabalhadores por atuarem fora dos quadros desse determinismo.

A meu ver, colocar-se a procura de trabalho sugere atuações e tentativas de alterar certas lógicas das relações em nossa sociedade. Uma proposição que dialoga com as “tendências” de mercado – vagas mais solicitadas, períodos de produção e contratação, exigências de qualificação, meios de divulgação de sua disponibilidade –, mas na promoção de seus interesses e urgências. Substancialmente, muitos desses trabalhadores ao se colocarem a procura de trabalho dialogam com as intenções de mudança que compartilham como melhoria.

A condição de garantir o que comumente se denominou experiência, não traduz apenas sua iniciação no mercado de trabalho com algumas habilidades em dada profissão. A chamada experiência, mais do que isso, traduz a materialidade do quanto, ao longo de sua trajetória, vivenciou e percebeu o que se ganha por trabalhar em determinadas condições e o quanto se perde no trâmite da exploração ao se deparar com as limitadas alterações alcançadas com tais relações de trabalho.

Todo o empenho do trabalhador não é dirigido apenas em trabalhar – como se pode planejar hegemonicamente – pois mesmo se inserindo na lógica capitalista de trabalho e consumo, seus “investimentos” e “empreendimentos” não resultam do controle irrestrito sobre suas ações, mas do modo que interpretam as relações que vivenciam lidando com esse controle. Pagar contas e garantir o sustento de si e daqueles que esperam por esse cuidado é muito pouco para resumir a economia de certos trabalhadores.

O bar, a festa, permear o mercado de consumo, conviver com problemas de saúde, decidir sobre o onde e como morar, lidar com separações e pensões, histórico prisional, mortes, dentre outros, também leva a repensar condições de trabalho e o orçamento que possuem. Por isso, arriscar abrir um negócio, ou mesmo se propor a novas empreitadas em outras cidades e países indica como esse trabalhar atende a um conjunto de interpretações do vivido que ultrapassam a explicação estrutural da territorialização do capital ou ainda a internacionalização das relações de trabalho (SANTOS, 2012).

O documento a seguir apresenta a produção de sentidos sobre o trabalhar. Ana e Valmir levam a juízo eixos de questões que procuram comprovar/deixar sobre suspeita frente a certas relações de trabalho que vivenciaram e/ou vivenciam. Ao utilizarem desse enredo comum de possibilidades dos trabalhadores para argumentar suas condições ou mesmo apontar horários produtivos não utilizados para o trabalho seus encaminhamentos vão compondo a disputa judicial para decidir se Valmir tem obrigações alimentícias com Ana após a separação do casal.

[...] Trata-se de agravo de instrumento interposto por Valmir [...], impugnando decisão [...], que, em ação de divórcio, distribuída sob autos [...], ajuizada por Ana, deferiu os alimentos provisórios, no importe de (meio) salário mínimo vigente no País.[...]

II VOTO

A agravada ajuizou a presente ação de divórcio em face do agravante, requerendo o divórcio do casal, bem como a fixação de alimentos em seu favor, no importe de 01 salário mínimo mensal. [...] o douto magistrado arbitrou alimentos em favor da agravada, no valor de meio salário mínimo. Diante de tal decisão, foi interposto o presente agravo de instrumento. *Alega o agravante que a agravada reside na moradia do casal, que não demonstrou que ele é motorista de caminhão, bem como não comprovou que sua renda mensal é de R\$ 1.500,00 por mês. Ademais, aduz que a agravada poderia trabalhar período integral e que o filho do casal possui condições de ajudá-la nas despesas da casa. No momento de fixação do valor a ser pago a título de verba alimentícia,*

devem ser observados os seguintes requisitos: necessidade, a qual abrange todos os gastos, não somente os indispensáveis, daquele que pede os alimentos; e a possibilidade de quem tem o dever de prestá-los (artigo 1694, 1º do Código Civil). Compulsando os autos para relatá-los, verifica-se que a agravada não despense nenhum gasto com moradia, pois como alegado na inicial da ação de divórcio, tanto ela quanto o filho Gilson, continuam residindo na casa adquirida pelo casal na constância do casamento. Além disso, a agravada trabalha meio período por dia, auferindo R\$ 326,09 mensais. Além disso, seu filho Gilson trabalha na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, recebendo mensalmente R\$ 700,00, de modo que pode ajudá-la nas despesas mensais da família. De mais a mais, a agravada não colecionou ao presente caderno processual qualquer documento que comprove que o agravante exerce a profissão de motorista de caminhão e que auferir renda mensal de R\$ 1.500,00. *Diante da total ausência de provas que demonstrem a capacidade econômica do réu, entendo que a obrigação alimentar não pode ser imposta, ainda que provisoriamente, por restar desatendida a norma do art. 1695, 2ª parte, do Código Civil. Do exposto, voto no sentido de conhecer do recurso e lhe dar provimento, a fim de cassar a decisão recorrida. (Agravado de Instrumento, 2012) grifos meus*

A parte do agravo, destacada acima, traz considerações do relator do processo avaliando a obrigação, ou não, de Valmir prover alimentos à Ana, após separação do casal. Entretanto, o eixo central dessa discussão é pautado pela falta de provas que comprove o trabalho de Valmir, ou seja, “a capacidade econômica do réu”.

A insistência do mesmo em alegar a possibilidade de Ana trabalhar o dia todo, assim como em poder contar com a ajuda do filho nas despesas, foi associada à condição de não pagarem aluguel, colocando também sobre suspeita a permanência da mesma no lar durante o casamento, indicando que “ainda que a agravada tenha abandonado os estudos, não há como se afirmar que ela se dedicou exclusivamente ao lar”. Ao fazer essa colocação, Valmir procura afastar qualquer prejuízo de Ana por se dedicar ao casamento e não estar no mercado de trabalho.

As disputas judiciais construídas por advogados e avaliações da Promotoria nesse caso perpassam sentidos atribuídos ao universo dos trabalhadores e lidam não só com suas condições econômicas, mas é possível inferir que essa narrativa permite perceber em que cenário essas formulações vão ser produzidas e para que finalidades, sendo tão premente essa análise, como a avaliação dos indícios de ganhos e incapacidade financeira das partes.

As condições de trabalho, muitas vezes sem registro, permitem colocações como as indicadas por Valmir, pois se não encontraram indícios para comprovar sua atuação como motorista, também não há documentos que indiquem outras atuações para Ana, a não ser seu apelo para que trabalhe no período integral, não necessitando de seus proventos. Desse modo, o interesse de Valmir é se desvencilhar de possíveis pagamentos mensais, inicialmente requeridos em 1 salário mínimo e firmados em meio salário mínimo. Para tal, coloca para si uma “condição precária” e lida com uma possível relação informal no trabalho como motorista, sugerindo que essa relação não se produziu pela explicação pautada na dinâmica global de alteração nas relações de mercado e de trabalho, mas para garantir que sua apelação tivesse resultado.

Os trabalhadores entendem que é a sua condição de classe que deve ser alterada, por isso a colocam em primeiro plano, construindo lógicas próprias para as pressões que enfrentam, não se restringindo aos projetos de reestruturação produtiva. O universo de pressões aos trabalhadores, assim como o campo de atuação que possuem, expressa tentativas de cavar alternativas no chão de relações proposto pela classe patronal, a qual pretende cercar possibilidades e definir a dinâmica de convívio com os trabalhadores.

O esforço de certos trabalhadores ao buscarem o diálogo com as assistentes sociais que atuavam no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, apresenta uma tentativa de se relacionar com o universo criado para “atendimento ao trabalhador”. Os trabalhadores ao procurarem esse órgão insistem em recolocar os termos dessa relação. Muitas vezes indicando enfrentamentos difíceis, que expõem suas necessidades perante os interesses do órgão, dividindo a possível compreensão de que assumem uma condição de subserviência ao serem “avaliados” e impelidos a procurar o mercado de trabalho.

Muitas anotações presentes nas fichas das famílias atendidas no CRAS apresentam essa indicação, seja porque os profissionais são treinados para reconhecer se o trabalhador está em idade produtiva e então orientado a “procurar trabalho” e se profissionalizar, seja por entenderem que a aquisição de “benefícios” deve ser poro

comprovação de necessidade, apontando um convívio que não será tranquilo, principalmente porque haverá constante discordância sobre as medidas e valores utilizados para fazer essa avaliação.

Em alguns momentos, recompor o universo de trabalho proposto é possível e até bem visto, por atender aos interesses do trabalhador, que também lidou com os interesses do próprio órgão. Em 2009 quando Maria procurou produzir outros parâmetros além dos níveis de pobreza para ter acesso à cesta básica, ela consegue a seguinte prática da assistente social; “A sra Maria possui problema de diabete, porém pode trabalhar em troca de cesta”. (CRAS, 14/01/2009).

Ao propor dirigir as relações com os trabalhadores, por definirem quem ganha ou não cesta básica, vale dizer que nem sempre essa postura limitou o uso de outros níveis de classificação dessa condição de classe para ser explorada pelos trabalhadores. Muitos irão se inscrever em cursos profissionalizantes, reuniões formadoras que, posteriormente ao recebimento da cesta, não irão realizar. Além disso, podem até preencher as fichas de admissão em vagas das empresas parceiras, porém não demoram muito a repensar sua permanência nesses postos de trabalho.

Ao contrário de dirigismo, por mais que se reconheça um campo de forças desiguais nas decisões e encaminhamentos, aceitar a realização de trabalhos temporários para que consigam se desvencilhar de necessidades emergenciais, como a alimentação, não traduz o pleno controle do processo. Afinal outros parâmetros foram confrontados perante o que Maria qualificou com suas necessidades.

Várias fichas de famílias de trabalhadores do ano de 2009 apresentam nas anotações finais a troca de serviço por cesta básica, indicadas quando a análise classificatória de pobreza poderia não lhes favorecer. Isso sugere que mesmo diante de pressões, muitos trabalhadores empobrecidos pressionam a formulação de novos encaminhamentos, principalmente utilizando-se da realidade, nem um pouco vantajosa, que vivenciam.

Maria cuida dos quatro netos, os pais são falecidos e, por essa razão, recebe 1 salário mínimo por ter a guarda dos netos, daí sua dificuldade em conseguir a cesta. Ela ainda cuida do filho com problemas de saúde e impossibilitado de trabalhar. Ao procurar o CRAS, em busca de cesta básica, esporadicamente em 2009, 2010 e 2011 Maria vê a intervenção mais contundente do órgão em 2011 como um problema, ao sugerir cadastrar o neto mais novo no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

A reflexão que Maria faz dessa proposta aponta a seguinte questão, formulada pela assistente social em atendimento à trabalhadora: “11/04/11: Veio no atendimento para tirar uma dúvida, caso o Júlio receber benefício [se] perderia a Cesta Básica. Foi orientada que sim, mas que quando acontecesse seria avaliado a situação.” (CRAS, 19/10/2010). Para Maria, mais do que inserir o neto no PETI, a garantia da cesta básica era fundamental. Daí sua relutância com a proposta de cadastro no PETI, não retornando para oficializar a ficha do neto.

A pesquisa realizada no Centro de Referência de Assistência Social de Marechal Cândido Rondon, consultando as Fichas de atendimento a trabalhadores, apontam como o lidar com a realidade de restrições de muitos deles traduz uma relação tensa e contraditória. Se por um lado as assistentes sociais e psicólogas procuravam mapear o perfil a ser atendido e valorar objetivamente aqueles que necessitavam dos serviços do órgão público para “encaminhá-los” – tanto para a manutenção da sobrevivência, quanto para cuidado com filhos, inscrição em creches, atendimento médico-hospitalar, cursos e vagas de trabalho – em contrapartida, esse espaço servirá para que trabalhadores como Angélica também pontuem suas questões, tentando reverter medidas de controle como possibilidades para encaminharem o enfrentamento de uma ampla agenda de desigualdades.

Anotações profissionais:

Visita domiciliar: A Neide, a filha, encontra-se gestante de 9 meses e já é o segundo filho.

24/04/2011: Após a visita domiciliar [Angélica] compareceu no atendimento, recebeu uma cesta básica e os filhos Neide e Marcos foram informados sobre o Curso Empregabilidade e Mercado de Trabalho. (CRAS, 20/04/2011).

A indicação dos cursos para Neide de 18 anos e Marcos de 16 anos sugerem a vinculação do CRAS com as propostas de empregabilidade de jovens na cidade. Além disso, deixa transparecer a pressão presente diante do fornecimento dos “benefícios” ou mesmo das cestas básicas, para que façam inserção no mercado de trabalho, de preferência seguindo as indicações de postos orientados pelo órgão. Em várias fichas é comum observar o

atendimento e, conjuntamente, ser feita a inscrição em cursos profissionalizantes, ou encaminhados para a Agência do trabalhador.

Caso não compareçam nos agendamentos propostos, o acesso à nova cesta básica não é mantido e mencionado como restrição na ficha do trabalhador. A avaliação de aptidão para o trabalho justifica corte ou negativa de acesso a cesta básica.

Ao iniciar a avaliação da família pela condição de Neide aos 18 anos ser mãe de dois filhos, procuram justificar a necessidade de “orientação familiar”, tendo como baliza para as possíveis intervenções se trabalham ou se estão a procura de trabalho. Eis a condição de classe que informa sobre o universo de possibilidades que convive determinados trabalhadores ao lidarem com as visitas para constatação de suas condições e modo como vive.

Porém, a complexidade de questões que levam trabalhadores como Angélica ou Jucélia a solicitar cesta básica não se restringe a condições de trabalho. Na formulação da assistente social sobre a família de Jucélia é possível perceber o suposto para avaliar as condições dos trabalhadores:

Anotações Profissionais:

15/02/2011: Encaminhado para cesta básica dia 22/02/2011; com orientação de que seria a única por estarem em idade ativa.

Obs.:

Dona Jucélia não participou dos serviços por estar acamada.

25/04/2011: Veio no atendimento requerer cesta básica, mas vai receber somente 10/05, quando completa um mês de trabalho. O seu esposo não está conseguindo trabalho pelo seu histórico, ainda cumpre medida sócio educativa. Pedi para que retomasse no próximo mês, caso precisasse. Foi encaminhado o esposo para o Curso de Empregabilidade; ela também mostra interesse em fazer. (CRAS, 15/02/2011)

Jucélia enfrentava algumas restrições em casa, atenuadas, grosso modo, pela aposentadoria da sogra com quem morava. Pagar o aluguel, cuidar da filha de 09 anos e do filho de 15 anos, acompanhar problemas de trombose e lidar com a situação de desemprego e reinserção do marido no mercado de trabalho eram questões que expunham como vivia e porque considerou necessário dialogar com as assistentes sociais do CRAS. Ser avaliada como em “idade ativa” aos 43 anos indicava como no atendimento de fevereiro foi sugerido a Jucélia que procurasse trabalho, uma construção historicamente formulada como solução para os trabalhadores e, potencialmente, explorada, nos tempos atuais.

Em abril de 2011 Jucélia já está trabalhando, mas ainda não recebeu salário, por isso solicitou cesta básica, a qual não foi atendida de imediato, mas com possibilidade de receber no início do mês. Mesmo com todas as indicações de restrição Jucélia conseguiu duas cestas básicas.

É possível observar que mesmo possuindo trabalho, grande parte das fichas de cadastro no CRAS apontam que os ganhos com o trabalho não atendem às urgências de certos trabalhadores. Por isso, mesmo trabalhando, solicitam receber cesta básica ou cadastro em algum dos benefícios do Estado. O que recoloca para muitos a indicação de procurar ou ter trabalho como indicativo de estarem isentos de privações e dificuldades.

A ausência nos cursos e não comparecimento nas empresas para assumir vagas se apresenta de forma significativa nas anotações das fichas dos trabalhadores. O que ajuda a inferir que a condição de desigualdade em que se estabelece essa relação não desmobiliza os trabalhadores de seus interesses ou leituras do que são esses postos de trabalhos e cursos “profissionalizantes”. Ao contrário é por reconhecer essas tensões que não é tranquilo o processo de direcionar esses sujeitos para o trabalho e para o projeto estabelecido para assistir os trabalhadores empobrecidos.

Se a negativa é viável em determinados momentos, a reformulação desse universo para se conseguir certos trabalhos exige de outros que a disposição para o trabalho seja mais evidente, indicando que os baixos salários e a enunciação de uma trajetória de atividades desempenhadas, a primeira vista, traduzam qual a visão de mundo que deixam antever seja em relacionamentos com assistentes sociais, seja em anúncios de procura por trabalho.

Ao construir tentativas de mudança, lidando com as pressões que propõe mantê-los em determinadas atividades, os trabalhadores enfrentam certas contradições, como também as urgências que fazem enumerar possibilidades, nem sempre desejáveis, como as destacadas por Cátia:

AUXILIAR DE PRODUÇÃO, ATENDENTE, ENBALADORE OUTROS...

OI PRECISO DE EMPREGO URGENTE, TENHO UMA FILHA D 2 ANOS E 6 MESES somos só nos duas. Tenho experiencia como auxiliar de produção, atendente, caixa, enbalador, zeladora e outros, tenho muita força de vontade, e me comunico bem com clientes. (Cátia, 13/05/2011)

Em situações contraditórias e, por vezes, constrangedoras, o anúncio por uma vaga de trabalho deixa antever escalas de intenções e planejamentos, assim como o que julga necessário nas relações de poder em questão, dispondo a reassumir trabalhos que já considerou em algum momento como superados. Ao formular esse anúncio, ressalta valores e indica sua trajetória profissional. Cátia sugere como reconhece e age nas disputas em que se vê inserida ao se vivenciar a condição de trabalhadora.

Ser sozinha com a filha indica que sua disposição não se fez apenas pela dinâmica de flexibilização do mercado, mas interage com a dificuldade de manter uma filha, conseguir vaga na creche, pagar aluguel etc. A “força de vontade” que Cátia propõe como garantia ao empregador aponta a intenção de permanecer no trabalho por mais tempo, mesmo que esse não corresponda ao esperado, propondo compromisso pelo menos até suas condições se estabilizarem um pouco mais.

Kelly ao destacar sua formação e a disposição em assumir qualquer uma das atividades elencadas, amplia o enfoque de Cátia ao indicar que não são apenas as urgências de criação de filhos que alteram a narrativa na procura por trabalho, mas também quando as alternativas construídas parecem não responder ao esperado e potencializado por certos trabalhadores, “*agencia do trabalhador marechal candido Rondon. 30 anos formada (curso normal superior) solteira. ja trabalhei em diversos ramos(baba,auxiliar de produção,cozinheira p mamitex e lanchonete fazendo lanches*”. (Kelly, 21/02/2010).

Em seus 30 anos, Kelly destaca a conjugação de muito trabalho com a promoção de muitas frentes de atuação. A condição de formada em curso superior aparece em primeiro plano, mas as indicações dos “diversos ramos” em que já atuou deixam transparecer que a possível mudança que ser professora poderia vislumbrar não se projetou com tanta facilidade e tradução de ascensão.

A preocupação desses trabalhadores com sua inserção e profissionalização não se dá apenas por uma aceitação da lógica de mercado, mas porque avaliam formas de intervirem para que a leitura dessas pressões e a vivência de relações de trabalho permitam traçar novas oportunidades e estratégias, para que a atuação experimentada garanta ou provoque alterações em suas condições de classe.

A permanência de muitos trabalhadores em constante procura de trabalho sugere não só um universo de rotatividade, mas que essa movimentação se faz por reconhecer a exploração que marca as relações de trabalho e, quase sempre, não respondendo às expectativas que construíram. E, portanto, toma-se necessário continuar abrindo novas frentes de atuação e conquistas. As motivações para intencionar novos trabalhos percorrem desde a rejeição de certas relações de trabalho, aos cuidados com a família, custo de vida, estudos, ou mesmo o próprio planejamento e aspirações que os trabalhadores não abrem mão de construir, ainda que reconheçam urgências que atravessam projetos e confrontações em curso.

Referências

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Dispo nível em: www.giovannialves.org Acesso em: 10 fev. 2012.

- BRASIL. Decreto nº. 5598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

- CAPACITAÇÃO. Curso de cuidador infantil certifica alunos. Aquiagora.net, Marechal Cândido Rondon, 06 jun. 2012. Disponível em:

<http://www.aquiagora.net/verNoticia.php?nid=25958>, Acesso em: 15 de junho de 2012

- Cátia (pseudônimo), 13/05/2011. Auxiliar de produção, atendente, enbalador e outros.. Disponível em: <http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.

- CRAS [**Ficha de cadastro e anotação**]. Angélica (pseudônimo)/Cadastro no Centro de Referência de Assistência Social. Marechal Cândido Rondon, 20/04/2011, Bairro Centro.
- CRAS [**Ficha de cadastro e anotação**]. Jucélia (pseudônimo)/Cadastro no Centro de Referência de Assistência Social. Marechal Cândido Rondon, 15/02/2011, Bairro Centro.
- CRAS [**Ficha de cadastro e anotação**]. Maria (pseudônimo)/Cadastro no Centro de Referência de Assistência Social. Marechal Cândido Rondon, 14/01/2009, Bairro São Francisco.
- CURSO. Abertas as inscrições para o curso de Técnicas em Vendas. Aquiagora.net, Marechal Cândido Rondon, 10 nov. 2010. Disponível em:
<http://www.aquiagora.net/verNoticia.php?nid=12222>, Acesso em: 12 de maio de 2012
- CURSOS profissionalizantes. CEMEP encerra inscrições de cursos na próxima semana em Marechal Rondon. Aquiagora.net, Marechal Cândido Rondon, 03 jan. 2012. Disponível em:
<http://www.aquiagora.net/verNoticia.php?nid=22371>, Acesso em: 12 de maio de 2012
- Fábio (pseudônimo), 04/08/2011. Quero voltar ha trabalhar com colheitadeiras ou tratores agora na época do plantio do soja. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- FORMAÇÃO. Marechal Cândido Rondon conta com novas profissionais da área de confecção. Aquiagora.net, Marechal Cândido Rondon, 21 jun. 2011. Disponível em: <http://www.aquiagora.net/verNoticia.php?nid=18198>, Acesso em: 12 de maio de 2012
- Josué (pseudônimo), 06/05/2011. Serviços em geral faço bico também. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- Kelly(pseudônimo), 21/02/2010. Agencia do trabalhador marechal candido Rondon Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- Mayara (pseudônimo), 23/10/2011. Procuo emprego. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- MENSCH, Marlete K. As relações de trabalho infantil de picolezeiros e os mundos das crianças trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon, 1997-2010. 68fl. Monografia (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.
- PARANÁ. Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Agravo de Instrumento** Nº 830068-7. Agravante: Valmir (pseudônimo). Agravada: Ana (pseudônimo). Julgado pelo Desembargador Augusto Lopes Cortes, tendo como relator Ruy Muggiati. Curitiba, 15 de fevereiro de 2012. Disponível em:
<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21410870/8300687-pr-830068-7-acordao-tjpr/inteiro-teor> Acesso em: 15 maio 2012.
- Renato (pseudônimo), 28/04/2011. Precisa de emprego em Marechal Cândido Rondon-PR. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- Ricardo, 26/10/2011. Busco trabalho. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- Sérgio, 14/01/2010. Empregos em Marechal Cândido Rondon. Disponível em:
<http://marechalcandidorondon.olx.com.br/empregos-cat-190> Acesso em: 15 maio 2012.
- SANTOS, Carlos M. S. Horizontes abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. 2012, 12p. (Não publicado)

- SMANIOTTO, Marcos A. A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim. 326fl. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.
- THOMPSON, E. P. Senhor, escrevendo à luz de vela. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 29, p. 7-14, jul./dez. 2009.